

Lote n.º 4
Título: Lote 4

1) DESCRIÇÃO SUCINTA
Edifícios na área do Minho.

2) CLASSIFICAÇÃO CPV (VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS)
Objecto principal.
Vocabulário principal: 74731000.

Lote n.º 5
Título: Lote 5

1) DESCRIÇÃO SUCINTA
Edifícios na área do Douro.

2) CLASSIFICAÇÃO CPV (VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS)
Objecto principal.
Vocabulário principal: 74731000.

Lote n.º 6
Título: Lote 6

1) DESCRIÇÃO SUCINTA
Edifícios na área de Montalegre.

2) CLASSIFICAÇÃO CPV (VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS)
Objecto principal.
Vocabulário principal: 74731000.

Lote n.º 7
Título: Lote 7

1) DESCRIÇÃO SUCINTA
Edifícios na área do Mogadouro.

2) CLASSIFICAÇÃO CPV (VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS)
Objecto principal.
Vocabulário principal: 74731000.

Lote n.º 8
Título: Lote 8

1) DESCRIÇÃO SUCINTA
Edifícios na área de Viseu.

2) CLASSIFICAÇÃO CPV (VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS)
Objecto principal.
Vocabulário principal: 74731000.

Lote n.º 9
Título: Lote 9

1) DESCRIÇÃO SUCINTA
Edifícios na área de Bragança.

2) CLASSIFICAÇÃO CPV (VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS)
Objecto principal.
Vocabulário principal: 74731000.

Lote n.º 10
Título: Lote 10

1) DESCRIÇÃO SUCINTA
Edifícios na área de Évora.

2) CLASSIFICAÇÃO CPV (VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS)
Objecto principal.
Vocabulário principal: 74731000.

Lote n.º 11
Título: Lote 11

1) DESCRIÇÃO SUCINTA
Edifícios na área de Beja.

2) CLASSIFICAÇÃO CPV (VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS)
Objecto principal.
Vocabulário principal: 74731000.

Lote n.º 12
Título: Lote 12

1) DESCRIÇÃO SUCINTA
Edifícios na área de Alcacer do Sal.

2) CLASSIFICAÇÃO CPV (VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS)
Objecto principal.
Vocabulário principal: 74731000

Lote n.º 13
Título: Lote 13

1) DESCRIÇÃO SUCINTA
Edifícios na área de Aveiro.

2) CLASSIFICAÇÃO CPV (VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS)
Objecto principal.
Vocabulário principal: 74731000.

Lote n.º 14
Título: Lote 14

1) DESCRIÇÃO SUCINTA
Edifícios na área de Santarém.

2) CLASSIFICAÇÃO CPV (VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS)
Objecto principal.
Vocabulário principal: 74731000.

Lote n.º 15
Título: Lote 15

1) DESCRIÇÃO SUCINTA
Edifícios na área do Oeste.

2) CLASSIFICAÇÃO CPV (VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS)
Objecto principal.
Vocabulário principal: 74731000.

Lote n.º 16
Título: Lote 16

1) DESCRIÇÃO SUCINTA
Edifícios na área de Algarve.

2) CLASSIFICAÇÃO CPV (VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS)
Objecto principal.
Vocabulário principal: 74731000.

Lote n.º 17
Título: Lote 17

1) DESCRIÇÃO SUCINTA
Edifícios na área de Sertã.

2) CLASSIFICAÇÃO CPV (VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS)
Objecto principal.
Vocabulário principal: 74731000.

Lote n.º 18
Título: Lote 18

1) DESCRIÇÃO SUCINTA
Edifícios na área de Leiria.

2) CLASSIFICAÇÃO CPV (VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS)
Objecto principal.
Vocabulário principal: 74731000.

5 de Março de 2008.—A Secretária-Geral, *Luísa Danguês Tomás*.

2611096817

ANÚNCIO DE CONCURSO

Obras
Fornecimentos
Serviços

O concurso está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?
NÃO SIM

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFICIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Organismo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas	À atenção de Compras Electrónicas
Endereço Praça do Comércio	Código postal 1149-010
Localidade/Cidade Lisboa	País Portugal
Telefone (351) 213234904	Fax (351) 213234602
Correio electrónico isabelreis.sg@min-agricultura.pt	Endereço Internet (URL)

I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS
Indicado em I.1 Se distinto, ver anexo A

I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OBTIDA A DOCUMENTAÇÃO
Indicado em I.1 Se distinto, ver anexo A

I.4) ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO

Indicado em I.1 Se distinto, ver anexo A

I.5) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE

Governo central Instituição Europeia
 Autoridade regional/local Organismo de direito público Outro

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONCURSO

II.1) DESCRIÇÃO

II.1.1) Tipo de contrato de obras

Execução Concepção e execução
 Execução, seja por que meio for, de uma obra que satisfaça as necessidades indicadas pela entidade adjudicante

II.1.2) Tipo de contrato de fornecimentos

Compra Locação Locação financeira Locação-venda
 Combinação dos anteriores

II.1.3) Tipo de contrato de serviços

Categoria de serviços 2 7

II.1.4) Trata-se de um contrato-quadro?

NÃO SIM

II.1.5) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante

II.1.6) Descrição/objecto do concurso:

Contratação de serviços recepção, vigilância e segurança de instalações do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e para o agrupamento de entidades adjudicantes, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte II do Caderno de Encargos

II.1.7) Local onde se realizará a obra, a entrega dos fornecimentos ou a prestação de serviços:

Instalações dos organismos do Ministério dispersas pelo País.

Código NUTS

II.1.8) Nomenclatura

II.1.8.1) Classificação CPV (Common Procurement Vocabulary) *

	Vocabulário principal	Vocabulário complementar
Objecto principal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Objectos complementares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

II.1.8.2) Outra nomenclatura relevante (CPA/NACE/CPC) **

II.1.9) Divisão em lotes

NÃO SIM

Indicar se se podem apresentar propostas para:

um lote vários lotes todos os lotes

II.1.10) As variantes serão tomadas em consideração?

NÃO SIM

II.2) QUANTIDADE OU EXTENSÃO DO CONCURSO

II.2.1) Quantidade ou extensão total

II.2.2) Opções. Descrição e momento em que podem ser exercidas

II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PRAZO DE EXECUÇÃO

Indicar o prazo em meses e/ou em dias a partir da data da consignação (para obras)

em dias 3 6 5 a partir da decisão de adjudicação (para fornecimentos e serviços)

Ou: Início / / e/ou termo / /

SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO

III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO

III.1.1) Cauções e garantias exigidas

III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam

III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida

III.2.1.1) Situação jurídica — documentos comprovativos exigidos:

- a) Documento comprovativo da titularidade de alvará, para o exercício da actividade de segurança privada, nos termos do Decreto-Lei n.º 35/2004 de 21 de Fevereiro;
- b) De declaração na qual os concorrentes indiquem o seu nome, número fiscal de contribuinte, número do bilhete de identidade ou de pessoa colectiva estado civil e domicílio ou, no caso de pessoa colectiva, a denominação social número de pessoa colectiva, sede, filiais que interessem à execução do contrato objecto social, nome dos titulares dos corpos sociais e de outras pessoas com poderes para a obrigarem, conservatória do registo comercial onde se encontra matriculada e o seu número de matrícula nessa conservatória;
- c) De declaração emitida conforme modelo constante do Anexo I ao presente Programa de Concurso;
- d) Dos documentos exigidos nos termos dos números seguintes.

III.2.1.2) Capacidade económica e financeira — documentos comprovativos exigidos:

- a) Declaração bancária que ateste o bom nome do concorrente no mercado e respectiva capacidade financeira;
- b) Cópia autenticada da declaração de rendimento, entregue para efeitos fiscais, dos últimos três anos. Caso a proposta seja apresentada por uma entidade internacional, deverá a mesma ser acompanhada por um documento fiscal de valor equivalente;
- c) Balanço e demonstração de resultados do concorrente, dos três últimos exercícios, de onde conste o volume global de negócios ou dos exercícios findos desde a constituição, caso esta tenha ocorrido há menos de três anos;
- d) Declaração do concorrente na qual indique a parte do volume de negócios, de cada um dos três últimos exercícios, correspondente ao tipo de serviços objecto do presente concurso;

III.2.1.3) Capacidade técnica — documentos comprovativos exigidos:

- a) Apresentação de portfolio, com indicação dos principais serviços fornecidos nos últimos três anos, respectivos montantes, datas e destinatários, a comprovar através de declaração destes; ou na sua falta e tratando-se de destinatários particulares, por simples declaração do concorrente;
- b) Apresentação de cinco (5) referências de serviços similares fornecidos em 2007, que possuam maior valor, devendo indicar os seguintes elementos, a comprovar através de declaração do concorrente; Entidade Descrição do serviço Valor Nome pessoa contacto Número de contacto
- c) Organigrama do concorrente, com indicação dos conteúdos funcionais de cada uma das respectivas unidades e indicação do número de trabalhadores efectivos e não efectivos.
- d) Investimento em formação de supervisão, com indicação do número de formandos e horas de formação.
- e) Investimento em formação específica na área de segurança, indicando o número de recursos e horas de formação.
- f) Investimento em certificação, indicando certificações de qualidade da empresa e o número de recursos humanos certificados na área de segurança.

III.3) CONDIÇÕES RELATIVAS AOS CONTRATOS DE SERVIÇOS

III.3.1) A prestação do serviço está reservada a uma determinada profissão?

NÃO SIM

Em caso afirmativo, referência às disposições legislativas, regulamentares ou administrativas relevantes

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e que comprovem possuir idoneidade e aptidão técnica e profissional para a prestação de serviços objecto do presente concurso e sejam titulares de alvará para o exercício da actividade de segurança privada, nos termos do Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro.

III.3.2) As entidades jurídicas devem declarar os nomes e qualificações profissionais do pessoal responsável pela execução do contrato?

NÃO SIM

SECÇÃO IV: PROCESSOS

IV.1) TIPO DE PROCESSO

- Concurso público
- Concurso limitado
- Concurso limitado com publicação de anúncio
- Concurso limitado sem publicação de anúncio
- Concurso limitado por prévia qualificação
- Concurso limitado sem apresentação de candidaturas
- Concurso limitado urgente
- Processo por negociação
- Processo por negociação com publicação prévia de anúncio
- Processo por negociação sem publicação prévia de anúncio
- Processo por negociação urgente

IV.1.1) Já foram seleccionados candidatos?

NÃO SIM

Em caso afirmativo, usar Informações adicionais (secção vi) para informações complementares

IV.1.2) Justificação para a utilização do procedimento acelerado

IV.1.3) Publicações anteriores referentes ao mesmo projecto

IV.1.3.1) Anúncio de pré-informação referente ao mesmo projecto

Número do anúncio no índice do *Jornal Oficial da União Europeia* /S - de / /

ou para processos abaixo do limiar

no *Diário da República* IIIª Série

de / /

IV.1.3.2) Outras publicações anteriores

Número do anúncio no índice do *Jornal Oficial da União Europeia* /S - de / /

